

As três gerações de livros didáticos de Sociologia no Brasil (1920-2016)*

Julia Polessa Maçaira

Resumo

O conceito de geração de Karl Mannheim fundamenta o argumento de que houve, no Brasil, três gerações de livros didáticos de Sociologia voltados para o ensino médio entre 1920 e 2016. Cada uma delas revela um grau de desenvolvimento dos campos de recontextualização oficial (CRO) e pedagógico (CRP), no sentido bernsteiniano, imbricados na conformação da Sociologia como uma disciplina escolar. Com base em fontes secundárias, especialmente pesquisas de mestrado, identificou-se a primeira geração de livros didáticos de Sociologia como um conjunto de manuais publicados entre 1920 e 1940 que contribuiu para o processo de rotinização das Ciências Sociais, quando o CRO ainda era incipiente e o CRP de Sociologia inexistia. A segunda geração compreende os livros publicados entre o início dos anos 1980 e meados dos anos 2000 e tem como marca a heterogeneidade curricular dos materiais, reflexo de uma recontextualização pedagógica em formação, embora o CRO já estivesse mais consolidado. A terceira geração está relacionada ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Ministério da Educação (MEC), nos anos de 2010, momento em que o campo educacional já possuía uma estrutura de recontextualização oficial consolidada e o CRP das Ciências Sociais/Sociologia já estava mais desenvolvido e apresentando capilaridade em múltiplas instâncias.

Palavras-chave: educação básica; ensino de Sociologia; geração; livros didáticos; recontextualização pedagógica.

* A primeira versão deste texto, com o título "O ensino de ciências sociais no Brasil (1920-2019): um século, três gerações de livros didáticos de sociologia", foi apresentada no 44º Encontro Anual da ANPOCS, no GT 15 – Ensino de Ciências Sociais, realizado entre os dias 4 e 11 de dezembro de 2020 de forma *online*.

Abstract

The three generations of Sociology textbooks in Brazil (1920-2016)

Karl Mannheim's definition of generation grounds the argument about three generations of Sociology textbooks in Brazil, aimed at high school and published from 1920 to 2016. Each of these generations represents a degree of development in the official (ORF) and pedagogical (PRF) recontextualizing fields, in the Bernsteinian sense, interwoven in the conformation of Sociology as a school subject. From the analysis of secondary sources, the first generation could be identified as a set of manuals published between the 1920s and 1940s. This contributed to the routinization of social sciences in the Country when Sociology's ORF was still in its infancy, and its PRF did not exist. The second generation comprises books published between the early 1980s and mid-2000s and are marked by the curricular heterogeneity of materials, which reflected an incipient pedagogical recontextualization, although, at this point, ORF was already more consolidated. The third generation is directly related to the National Textbook Program (PNLD), of the Brazilian Educational Ministry, in 2010, when the educational field already had a consolidated official recontextualizing structure and social sciences/sociology's PRF was already more developed and showing capillarity in multiple instances.

Keywords: basic education; generation; pedagogical recontextualization; Sociology teaching; textbooks.

Resumen

Las tres generaciones de libros didácticos de Sociología en Brasil (1920-2016)

El concepto de generación de Karl Mannheim fundamenta el argumento de que hubo, en Brasil, tres generaciones de libros didácticos de Sociología destinados a la educación secundaria entre 1920 y 2016. Cada una de las generaciones identificadas revela un grado de desarrollo en los campos de la recontextualización oficial (CRO) y pedagógica (CRP), en el sentido bernsteiniano, entrelazados en la conformación de la Sociología como asignatura escolar. A partir de fuentes secundarias, fue posible identificar la primera generación como un conjunto de manuales publicados entre 1920 y 1940 que contribuyeron al proceso de rutinización de las Ciencias Sociales en el país, cuando la CRO estaba todavía en su inicio y el CRP en Sociología no existía. La segunda generación comprende libros publicados entre principios de los 80 y mediados de los 2000 y están marcados por la heterogeneidad curricular de los materiales, reflejo de una recontextualización pedagógica en formación, aunque la CRO ya estaba más consolidada. La tercera generación está relacionada con el Programa Nacional de Libros Didácticos (PNLD), del Ministerio de Educación Brasileño (MEC), en 2010, momento en el que el campo educativo ya contaba con una estructura de recontextualización oficial consolidada y el CRP de las Ciencias Sociales/Sociología ya estaba más desarrollado y presentaba capilaridad en múltiples instancias.

Palabras clave: educación básica; enseñanza de la Sociología; generación; libros didácticos; recontextualización pedagógica.

Introdução

Os livros voltados para o ensino da Sociologia, ao longo de um século, na escola secundária brasileira, podem ser analisados com base no conceito de gerações. De acordo com Motta e Weller (2010), a popularização do termo “gerações” não ocorreu acompanhada de um sentido teórico. Com a apropriação pelos meios de comunicação desse termo para designar desde manifestações culturais e políticas – geração caras pintadas ou geração *hip-hop*, por exemplo –, até marcar certos desenvolvimentos tecnológicos – geração Y ou geração digital –, houve a destituição do seu sentido teórico “na medida em que o termo geração passou a ser utilizado, muitas vezes, como sinônimo para denominar uma faixa etária ou um grupo com características específicas” (Motta; Weller, 2010, p. 175).

Motta e Weller identificam, ainda, duas direções teóricas fundamentais nos estudos sobre gerações nas Ciências Sociais. Um primeiro sentido genealógico ou de filiação, ligado à tradição antropológica, compreende estudos sobre função classificatória e relações entre gerações. Um segundo sentido, orienta-se pela tradição sociológica cujo expoente é Karl Mannheim, especialmente em sua obra *O problema das gerações*.¹ Nessa acepção, acentua-se o sentido histórico do conceito de geração, o que significa uma predisposição para “uma modalidade específica do viver e do pensar, uma modalidade específica de intervenção no processo histórico” (Mannheim, 1964 [1928], p. 528 *apud* Motta; Weller, 2010, p. 176).

Para Mannheim, a ideia de posição geracional é central, sendo um conceito que permite compreender essa espécie de “força social” (Corsten, 2010 *apud* Motta; Weller, 2010, p. 177) que conduz ao desenvolvimento de perspectivas similares sobre eventos históricos por parte de indivíduos da mesma faixa etária. Mas ter a mesma idade não basta, afirma Mannheim, é preciso haver uma conexão geracional entre esses indivíduos construída na prática coletiva, nas vivências e reflexões coletivas. O intelectual alemão destaca ainda que diferentes unidades geracionais podem coexistir em uma mesma conexão geracional, pois “o que estabelece uma relação entre aqueles que partilham de uma mesma unidade geracional não são os conteúdos em si, mas as tendências formadoras de um coletivo surgidas a partir da apropriação desses conteúdos” (Motta; Weller, 2010, p. 177).

Proponho aqui a utilização dessa perspectiva multidimensional de análise das relações sociais e geracionais, inaugurada por Mannheim, para a análise dos livros didáticos brasileiros destinados ao público do ensino médio. Nessa perspectiva, o conceito de geração é bom para pensar as intenções existentes por trás dos conteúdos, das ações e das expressões de determinados grupos. Os livros são obras planejadas e executadas por pessoas de diferentes origens e atuações, visando atender e se comunicar com um público específico: a comunidade escolar, em geral, e os estudantes, em particular. Essas obras, portanto, compõem uma unidade geracional, pois veiculam ideias (no caso analisado, disseminam uma

¹ Até 2010, essa obra ainda não havia sido integralmente traduzida e publicada no Brasil (Weller, 2010).

determinada concepção do que é ou deva ser a Sociologia escolar) e também formam e conformam um campo. Os conjuntos de livros identificados como uma geração apresentam semelhanças entre obras da mesma geração e uma ruptura em relação à anterior.

Este trabalho é um desdobramento de parte dos resultados da pesquisa de Maçaira (2017) mediante a qual foram identificadas três gerações de livros didáticos de Sociologia voltados para o ensino médio, compreendendo as obras publicadas entre 1920 e 2016. Ao longo desse século, esses materiais passaram por três grandes mudanças, que podem ser associadas às transformações oriundas do campo tanto de recontextualização oficial da Sociologia quanto de recontextualização pedagógica, na escola e no lugar que a disciplina nela ocupa.

No campo da Sociologia da Educação, a noção de recontextualização pedagógica, elaborada por Basil Bernstein (1996, 1971), é uma ferramenta para compreender como cada uma e, no seu conjunto, as diversas áreas de saber se transformam em conhecimentos escolares voltados para crianças e jovens em formação para a vida adulta. Esse processo não ocorre sem lutas, disputas e consensos. Os campos de recontextualização oficiais são formados pelos ministérios da Educação, que promovem a formulação de programas e regulamentam a natureza das avaliações ao final do ensino médio e das avaliações de acesso ao ensino superior. Nos ministérios, os formuladores de programas curriculares, diretrizes, provas e exames educacionais, editais de seleção e compra de material escolar etc. atuam como agentes que definem etapas da recontextualização do saber de referência para o universo escolar (em suas formas disciplinares). Além disso, o lugar que a disciplina ocupa no seio do sistema educativo em cada nação depende de uma série de fatores sócio-históricos, políticos e epistemológicos, apenas para citar alguns.

O campo recontextualizador oficial (CRO) inclui “os departamentos especializados e as subagências do Estado e as autoridades educacionais locais, juntamente com suas pesquisas e sistemas de inspeção” (Bernstein, 1996, p. 269); e o campo recontextualizador pedagógico (CRP) inclui as universidades e os departamentos de educação, as faculdades de educação, os meios especializados de educação (jornais, revistas e editoras, juntamente com seus avaliadores e consultores) e até mesmo os campos não especializados no discurso educacional e suas práticas, desde que sejam capazes de influenciar o Estado e os seus vários arranjos sobre locais, agentes e práticas especiais no interior da educação. A relação entre o CRO e o CRP varia de acordo com a sociedade, podendo gerar maior ou menor autonomia do segundo em relação ao primeiro. O conceito de autonomia relativa é importante porque “aponta para todo discurso pedagógico como uma arena de conflito, um local de luta e apropriação” (Bernstein, 1996, p. 293).

A identificação das três gerações de livros didáticos de Sociologia brasileiros relaciona-se com as fases da institucionalização da disciplina no currículo escolar, mas, principalmente, revela o grau de autonomia do CRO em relação ao CRP.

A primeira geração: pioneiros na rotinização da Sociologia

O conjunto de manuais publicados entre os anos 1920 e 1940 compreende os primeiros esforços de sistematização e rotinização da Sociologia não só no ensino secundário, mas como ciência que começava a se estabelecer no Brasil. Meucci (2000) argumenta que essas obras estavam permeadas por noções de civilidade, civismo e progresso, aspirando a uma cultura erudita e científica. Essa geração de livros se caracteriza pela formação plural de seus autores e pelo teor panorâmico das obras, que versavam, *grosso modo*, sobre a história das ideias sociológicas, apresentando escritores e principais correntes teóricas.

Guelfi (2001) analisou dez livros didáticos publicados entre 1931 e 1940. Tendo como foco as noções de ciência de referência e disciplina escolar, a autora mobilizou o instrumental teórico-conceitual de André Chervel, cujo campo de pesquisas é a história das disciplinas escolares. Guelfi apontou a reorganização dos conteúdos dos manuais didáticos, acompanhando as transformações da ciência sociológica no Brasil. Um dos resultados de sua pesquisa consistiu em identificar que os conteúdos presentes nos sumários de manuais de Sociologia para o então chamado ensino secundário ora se adequavam aos conteúdos traçados pelo Decreto nº 18.564, de 1929, ora às diretrizes da Reforma de 1931 e ao Programa de Sociologia de 1937.² Indicou, também, haver consonância entre os conteúdos dos manuais e as temáticas de pesquisa da ciência de referência, isto é, com a agenda de pesquisa das Ciências Sociais produzidas no ensino superior (Guelfi, 2001, p. 101). Além disso, havia a preocupação de preparar a nação brasileira para o processo de modernização, e tanto a escola quanto a disciplina Sociologia contribuiriam para esse fim.

Os conceitos sociológicos mais mobilizados pelos manuais analisados por Guelfi foram: fatos sociais, fatos econômicos, realidade social e pobreza. Os temas mais recorrentes foram: nação, família, religião, imigração, criminalidade, natalidade, desemprego, Estado e explicações evolucionistas da sociedade.

Das diferenças entre os trabalhos de Meucci e Guelfi, a primeira optou pela análise da produção propriamente brasileira, enquanto a segunda incluiu em seus estudos duas obras traduzidas.³ O período examinado por Meucci foi mais abrangente do que o de Guelfi, incluindo um maior número de manuais, alguns usados também no ensino superior. Sobre essa primeira geração, Meucci (2000) identificou 32 publicados entre 1926 e 1948. Guelfi (2001, p.98) não fez análise dos conteúdos, atendo-se à organização dos livros, mediante a leitura dos sumários ou índices, dos prefácios, das orientações metodológicas e das informações das editoras.

² Guelfi (2001) também analisou os programas da disciplina Sociologia para o Colégio Pedro II dos anos de 1926, 1928, 1929 e 1939.

³ Guelfi (2001) analisou os manuais *Noções de sociologia*, de Henry du Passage, e *A comunidade e a sociedade: introdução à Sociologia*, de Loran David Osborn e Martin Henry Neumeyer.

As duas pesquisadoras se debruçaram sobre o mesmo período, porém, com recortes diferentes e referenciais teórico-metodológicos distintos.⁴ Em comum, as pesquisas têm o mérito de lançar luz sobre a presença da Sociologia no ensino secundário antes mesmo da institucionalização dos cursos de Ciências Sociais no ensino superior, mostrando a importância de se analisarem as condições dessa inserção por meio do pioneirismo dos manuais didáticos publicados e difundidos no Brasil, na primeira metade do século 20.

Até a década de 1930, de acordo com Soares (2009b),⁵ os autores e professores de Sociologia no Brasil tinham formação humanística, frequentemente realizada na Europa e marcada por forte autodidatismo, eram intelectuais atuando em várias frentes (publicavam em jornais, lecionavam, escreviam ensaios etc.).

É preciso destacar que no início do século 20 os programas do Colégio Pedro II tinham forte influência na determinação do currículo das demais escolas. Sendo assim, seu programa da cadeira de Sociologia, publicado em 1926, é um documento importante para se compreender a recontextualização da disciplina escolar. Esse documento dividia o conteúdo em 20 seções⁶ organizadas em duas partes: Sociologia teórica e fontes históricas da Sociologia (Guelfi, 2001, p. 78). Já o programa de 1929 estabelecia 30 temas organizados em cinco partes: as teorias sociológicas; as sociedades humanas; a psicologia social; as instituições; e os problemas sociais contemporâneos (Guelfi, 2001, p. 83-84). O programa de 1939 é mais extenso, com 35 seções organizadas em três partes: introdução, origens sociais e estrutura social (Guelfi, 2001, p. 89-91). Esse programa foi feito após a Reforma Educacional de Francisco Campos (Brasil. Decreto nº 19.890, 1931) que, segundo Costa Pinto ([1947] 1949), ampliou o ensino da Sociologia nos cursos complementares, correspondentes às últimas séries da escola secundária. Apesar de entender essa ampliação da presença do estudo dos fenômenos sociais como significativa de um reconhecimento de sua importância cultural, cívica e científica, Costa Pinto ([1947] 1949, p. 301) foi crítico severo do conteúdo do programa no que tange a sua extensão e seu enciclopedismo, bem como por seu conteúdo considerado desatualizado.

A organização, o sumário e os conteúdos dos manuais relacionam-se com o currículo prescrito pelos programas oficiais, ditados pelo principal colégio da República, antes da existência de uma organização nacional do CRO, na acepção de Bernstein (1971), centrado na burocracia estatal do Ministério da Educação. Além disso, o CRP do ensino de Sociologia no Brasil ainda era inexistente, pois as Ciências Sociais estavam começando a se institucionalizar no ensino superior – a partir de 1936, começam a sair os primeiros formados da Escola de Sociologia e Política, depois as primeiras turmas da Universidade de São Paulo e da Universidade do Brasil,

⁴ As pesquisas de mestrado foram defendidas com cerca de um ano de diferença: Meucci em 2000 e Guelfi em 2001.

⁵ Os resultados da pesquisa documental realizada na dissertação de mestrado também foram publicados em artigos (Soares, 2009a e 2012).

⁶ Cada seção do programa contemplava uma lista de tópicos e palavras-chave, por exemplo, para a seção VII eram elencados os seguintes: "misticismo das colectividades; dualidade do homem egoísta e social; interesses e deveres revestem-se de fé mystica; genese dos sentimentos collectivos: patriotismo, justiça; a guerra; as religiões e o Estado." (Programa da cadeira de Sociologia do Colégio Pedro II 1926 e 1928 apud Guelfi, 2001, p. 79).

no Rio de Janeiro – e a reflexão e formação de um corpo de pesquisadores sobre o ensino da Sociologia escolar só vai se delinear praticamente um século depois, no início do século 21.

Em 1942, a Reforma Capanema retirou a Sociologia dos currículos do ensino secundário. A mudança causou enorme impacto nas primeiras turmas dos cursos de Ciências Sociais que se formavam para o magistério secundário e, diretamente, na produção e circulação dos materiais didáticos da área, cuja publicação diminuiu consideravelmente. A partir de então, e até 1980, ocorreu a reedição de obras didáticas de Sociologia já existentes.

A segunda geração: didatização tímida, mas em crescimento

A Sociologia é reintroduzida gradualmente nos currículos das escolas de 2º grau para jovens entre 15 e 17 anos, por iniciativas estaduais, a partir do início dos anos 1980. Azevedo (2014, p. 16) recupera informações sobre a inserção da Sociologia nos diferentes estados da Federação, que, em alguns casos, deu-se por meio de deliberações dos conselhos estaduais de educação, em outros, estabeleceu-se mediante legislação estadual. Entre 1984 e 1989, apenas oito estados e o Distrito Federal ofereciam (ou deveriam oferecer) a Sociologia nas séries finais da escolarização básica. Entre 1994 e 2007, os demais 18 estados incluíram a disciplina em suas grades curriculares.

Os livros de Sociologia para o ensino médio publicados entre 1980 e o início dos anos 2000 foram analisados por Machado (1996), Sarandy (2004), Coan (2006) e Takagi (2007). Naquele período, o mercado editorial de didáticos intensificou os processos de padronização e homogeneização próprios das práticas industriais. Os livros didáticos passaram a apresentar mais ilustrações e exercícios, mas ainda tinham como público-alvo, especialmente no caso da Sociologia, tanto estudantes do 2º grau (nova nomenclatura para o ensino secundário, atual ensino médio) quanto aqueles dos primeiros períodos de disciplinas introdutórias do ensino superior. Os livros tinham um tamanho semelhante aos livros não didáticos, na maioria das vezes eram impressos em preto e branco, nem sempre eram acompanhados de um manual do professor; portanto, observam-se indícios de um esforço de didatização do conhecimento sociológico que só irá se complexificar na geração posterior.

Nesse período, a Sociologia ainda não era obrigatória em todo o território nacional nem havia um campo recontextualizador oficial e pedagógico consolidado. Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino médio, destinando oito páginas aos conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Política no volume dedicado às Ciências Humanas e suas Tecnologias (Brasil. MEC, 1999). Em seu artigo 36, a LDB estipulava que, ao final do ensino médio, o educando deveria demonstrar “domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania” (Brasil. Lei nº 9.394, 1996), porém, não

determinava sua forma disciplinar. Assim, os Parâmetros não estabeleciam uma lista de conteúdos a serem ministrados, mas apresentavam as competências e habilidades a serem desenvolvidas em Sociologia, Antropologia e Política, bem como um texto dedicado às seguintes questões: por que ensinar Ciências Sociais; o que e como ensinar em Ciências Sociais (Brasil. MEC, 1999, p. 36-43).

Machado (1996) analisou quatro livros didáticos de Sociologia publicados entre 1985 e 1994, considerando-os produtores indiretos de currículo em um contexto no qual ainda não havia nem a obrigatoriedade do ensino da disciplina em todas as escolas nem diretrizes curriculares nacionais. Antes da publicação dos PCN, as equipes de Sociologia da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Cenp), do governo do estado de São Paulo, produziram duas propostas de conteúdo programático para o ensino da disciplina no 2º grau: uma organizada em sete unidades, em 1986, e outra com três unidades, em 1990.⁷ Esses textos representam os primeiros esforços de formação dos campos recontextualizadores da disciplina, tanto oficial quanto pedagógico.

Em sua análise, Machado (1996, p. 46) concluiu que cada obra didática tinha uma perspectiva diferente de currículo para a Sociologia, com um aspecto comum: “o aluno deve ser levado a relacionar os conteúdos trabalhados nas atividades escolares com sua vida social e cotidiana, ultrapassando seus conhecimentos de senso comum acerca dos temas aprofundados”. As singularidades de cada manual examinado foram brevemente indicadas pelo autor em sua argumentação, pois o foco da dissertação foi a reconstrução do percurso histórico de intermitência da disciplina nas escolas brasileiras, observando, especialmente, os sentidos atribuídos e as justificativas mobilizadas em prol de sua inserção. Sintetizo a seguir o que o autor aborda a respeito dos conteúdos dos quatro manuais analisados.

Aprendendo Sociologia: a paixão de conhecer a vida, de Paulo Meksenas, edição de 1985, apresenta os seguintes conteúdos, de acordo com Machado (1996, p. 46): conceitos básicos de Sociologia (cultura, trabalho e sociedade); origem da sociedade ocidental, problemas sociais gerados pelo capitalismo e nascimento da Sociologia; introdução às teorias sociológicas de Durkheim e Marx; Sociologia e escola; e os temas televisão, família e migração. Machado (1996, p. 48) critica o livro por não discutir a sociedade brasileira da época, mas, ao mesmo tempo, exigir dos alunos uma reflexão sobre os problemas sociais emergentes.

Na análise do livro de Cristina Costa, *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*, edição de 1987, Machado identifica que a autora privilegia a formação histórica das Ciências Sociais, utilizando mais elementos iconográficos e dados estatísticos do que Meksenas. A descrição dos conteúdos abordados na edição de 1987 se assemelha à da edição de 2005 da mesma autora.⁸ Machado (1996, p. 48-49) menciona que o livro de Costa está organizado em nove unidades, que abordam: definição de conhecimento, cultura e conhecimento científico; Sociologia pré-

⁷ Sobre a primeira proposta, de 1986, e sobre a segunda, identificada como sendo do ano de 1992, ver Takagi (2007, p. 42-59; p. 60-74).

⁸ Ver capítulos 4 e 5 da tese de doutorado de Maçaira (2017).

científica, renascimento, liberalismo; positivismo e teorias clássicas da Sociologia (Durkheim, Marx e Weber); Antropologia, funcionalismo e estruturalismo; Sociologia do desenvolvimento; Sociologia no Brasil; Sociologia teórica, Sociologia aplicada, Sociologia técnica e Sociologia crítica; e Sociologia contemporânea: a pobreza, as minorias e a violência. O manual de Costa pode ser utilizado também nos cursos de introdução à Sociologia das mais variadas formações universitárias e tem como objetivo realizar “uma síntese das principais escolas do pensamento sociológico sob um prisma histórico e crítico, obedecendo a uma ordem cronológica” (Machado, 1996, p. 49-50).

O livro didático de Costa apresenta, na edição de 1987, uma seção chamada de “temas para debate”, compreendendo um ou mais excertos de textos, acompanhados de uma ou duas perguntas. Esse recurso é precursor da seção de exercícios e propostas de atividades que vai se estabelecer em todas as edições das mais diversas editoras na geração seguinte.

O terceiro manual analisado fez uma escolha de conteúdos totalmente diferente dos demais. A característica principal de *Sociologia da sociedade brasileira*, de Álvaro de Vita, edição de 1991, como o próprio título indica, foi a seleção de conceitos e teorias sociológicas de interpretação do Brasil como fio condutor da narrativa didática, que se organiza em torno dos seguintes capítulos:

Sociedade colonial brasileira e capitalismo; a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre; a sociedade agrária brasileira “tradicional”; os conflitos sociais no campo: messianismo e cangaço; desenvolvimento capitalista e lutas sociais no campo (1940-64); a questão agrária durante o regime militar (1964-84); as classes trabalhadoras rurais no Brasil contemporâneo; [...] expansão capitalista pós-64 e a urbanização brasileira; o protesto social urbano nos anos 79 e 80. (Machado, 1996, p. 52).

O último manual examinado foi a edição de 1994 de *Iniciação à Sociologia*, organizada por Nelson Dacio Tomazi, publicado pela Editora Atual. Machado (1996) transcreve, no Anexo de sua dissertação, um depoimento do organizador da obra, discorrendo sobre os motivos que os levaram (ele e os demais autores) a tomar como ponto de partida para a elaboração do manual a primeira proposta de conteúdo programático da Cenp para a disciplina Sociologia de São Paulo, de 1986.

A edição de 1994 de *Iniciação à Sociologia* é dividida em sete partes: introdução; indivíduo e sociedade; trabalho e sociedade; desigualdades sociais; política e sociedade; cultura e ideologia; e movimentos sociais (Machado, 1996, p. 53). Esse índice de conteúdos é o mesmo da edição de 2001 que analisei no capítulo 4 da minha tese (Maçaira, 2017) e revela proximidade com a primeira proposta programática da Cenp, de 1986, para o ensino de Sociologia, também organizada em sete unidades: introdução ao estudo da sociedade; política e sociedade; ideologia, cultura e sociedade; instituições sociais; relações entre as nações no contexto do capitalismo internacional; transformação social; e teorias de mudança social (Machado, 1996, p. 42-43). A segunda proposta da Cenp, de 1990, apresentava três unidades: cultura e sociedade; trabalho e sociedade; poder e sociedade (Machado, 1996, p. 44).

Sarandy (2004) fez estudo sobre livros publicados entre 1999 e 2002, identificando naqueles destinados ao ensino médio, em grande parte, o mesmo formato do ensino superior, com conteúdos voltados para o ensino dos clássicos e da história das ideias sociológicas. Esse autor destaca que os manuais eram marcados por forte ênfase conceitual e se fundamentavam “no pressuposto da Sociologia como propiciadora de uma ‘consciência crítica’ interventora sobre a realidade social e relevante para o desenvolvimento da cidadania” (Sarandy, 2004, p. 5). A esse aspecto observado em sua análise o autor chamou de uma “sociologia de dupla face”, isto é, os livros didáticos tanto apresentavam a disciplina científica com forte ênfase acadêmica na exposição dos conteúdos como mostravam a intenção interventora da Sociologia e sua preocupação com os problemas sociais da atualidade e com a formação do cidadão crítico e participativo.

Em seu estudo sobre os livros didáticos de Sociologia publicados de 1987 a 2001, Coan (2006) enfocou o lugar conferido à categoria “trabalho” em materiais didáticos utilizados por professores da disciplina na cidade de Florianópolis. Para o autor, tal categoria é abordada de forma “a-histórica” e genérica ou, “quando adentram na crítica do trabalho no modo capitalista de produção, não oferecem um ferramental teórico suficiente para se ter uma compreensão adequada” (Coan, 2006, p. 17). Ele observou que a temática “trabalho”⁹ também é tratada nos capítulos dedicados à discussão de desemprego, tecnologia, desigualdades sociais e classes sociais, entre outros (Coan, 2006, p. 25).

Takagi (2007) analisou quatro livros didáticos de Sociologia publicados entre 1994 e 2004, fazendo uma longa descrição de cada um deles com o objetivo de compará-los às propostas curriculares nacionais e do estado de São Paulo e compreender como eles eram usados em sala de aula. Essa autora caracteriza-os em dois tipos: livro de abordagem temática ou livro com abordagem de autores clássicos, observando que há predomínio do primeiro.

A leitura dessas dissertações que analisaram os manuais didáticos de Sociologia publicados nos anos de 1980, 1990 e início dos anos 2000 indicou a existência de uma variedade de seleções curriculares, reflexo da falta de tradição e acúmulo de discussões sobre a Sociologia como disciplina escolar naquela época, uma vez que os campos de recontextualização oficial e pedagógica da área ainda estavam em formação. Os conteúdos dessa segunda geração de livros de Sociologia são heterogêneos, mas têm destaque os conceitos de trabalho, cultura e política; o foco nas origens e na história da Sociologia; e a presença dos autores clássicos das Ciências Sociais – Marx, Weber e Durkheim –, em quase todos os livros.

Além disso, os dados dessas pesquisas apontam para o protagonismo das primeiras propostas curriculares de São Paulo, de 1986 e 1990-1992, e sua influência nos manuais didáticos publicados nas décadas de 1980 e 1990. De certa forma, apesar da variedade de seleções curriculares, essa segunda geração de manuais teve conhecimento e dialogou com os programas da Cenp de São Paulo. Explicitamente,

⁹ Gláucia Villas Bôas (2006, 2007) estudou a categoria “trabalho” nas Ciências Sociais brasileiras, identificando seu surgimento na Sociologia dos anos de 1950, associada às categorias de emprego/desemprego e fomentando os estudos das classes e das desigualdades sociais.

esse pioneiro currículo estadual foi norteador do manual didático *Iniciação à sociologia*, organizado por Nelson Tomazi, que permaneceu influente na geração seguinte, como será tratado adiante. A despeito de certas influências, será possível notar a existência de uma ruptura entre a segunda e a terceira gerações de livros didáticos de Sociologia, uma vez que foram identificados elementos que modificaram profundamente esse tipo de material.

A terceira geração: a influência do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)¹⁰

A Lei nº 11.684, de 2008, alterou o artigo 36 da LDB, tornando obrigatória a Sociologia no ensino médio. Um efeito fundamental dessa exigência legal foi a inclusão de livros dessa disciplina nas avaliações do PNLD do ensino médio, nas edições de 2012, 2015 e 2018. A partir de 2010, ano de publicação das obras que foram submetidas ao PNLD 2012, tem início a terceira geração de livros didáticos de Sociologia. O mercado editorial de didáticos como um todo, para todos os componentes curriculares, é fortemente impactado pelo governo federal, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), com seu poder de avaliação, seleção, compra e distribuição de manuais didáticos para as escolas. A partir da inclusão da Sociologia no programa de compra de livros, as principais editoras do segmento de didáticos passam a investir em obras dessa disciplina, seja convocando autores, seja incorporando projetos de professores que já desenvolviam seus materiais.

Essa terceira geração é caracterizada por materiais com forte investimento editorial, maior número de imagens e outros recursos visuais coloridos. Nota-se um esforço maior de didatização no livro do aluno e de elaboração do manual do professor, que se propõe a dialogar com o professor-leitor, sugerindo caminhos e estratégias de utilização do livro na sala de aula (Maçaira, 2017). Do ponto de vista do conteúdo, os livros buscam articular temas, teorias e conceitos das Ciências Sociais, visando apresentar as principais referências das disciplinas Sociologia, Antropologia e Ciência Política – na maioria das vezes, com um evidente predomínio da primeira – e indicam como objetivo o desenvolvimento da imaginação sociológica (Desterro, 2016). Também há uma preponderância da organização temática, sendo os temas presentes na maioria das obras coerentes com aqueles indicados nos currículos estaduais e que compuseram a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com destaque para trabalho, cultura, política e desigualdades sociais (Maçaira, 2017). Detalhes sobre cada produção acadêmica que analisou livros didáticos de Sociologia foram demonstrados por Engerroff (2017).

O que estou chamando de terceira geração de livros didáticos se caracteriza pela inclusão da Sociologia no PNLD 2012, cujo processo se inicia com a publicação

¹⁰ Em 2017, passou a se chamar Programa Nacional do Livro e do Material Didático, unificando “as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)”. (Brasil. MEC, [c2021]).

do edital, em 2009, texto que define e orienta o produto (o livro didático) a ser apresentado pelas editoras. Ou seja, um novo elemento entra em cena e impacta fortemente o mercado editorial de didáticos de Sociologia: o governo federal, por intermédio do MEC e seu poder de avaliação, seleção, mas, principalmente, de compra e distribuição.

Essa geração compreende não apenas as obras aprovadas nos editais do PNLD em 2012 (dois livros), 2015 (seis livros) ou 2018 (cinco livros), mas também aquelas que foram submetidas à avaliação e não foram aprovadas, porém, de todo modo, circularam pelo mercado editorial, privado ou não. O PNLD é uma política do Estado brasileiro implementada pelo MEC, desde 1985, cujo formato, alcance e características sofreram inúmeras transformações ao longo do tempo. Cassiano (2013) identifica dois marcos importantes na história do PNLD: o primeiro, de implementação do programa, em 1985, e o segundo, de legitimação e consolidação, a partir de 1995.

O PNLD faz parte do processo de recontextualização pedagógica da Sociologia para o ensino médio brasileiro. Desde a elaboração do edital até a disponibilização do resultado com as obras aprovadas, o processo é permeado por elementos indicadores da recontextualização pedagógica da Sociologia como campo científico para uma disciplina escolar. Entre as edições de 2012 e 2018, o processo de avaliação dos livros didáticos por disciplinas foi coordenado pelo MEC, sob a responsabilidade das universidades federais, que congregavam uma equipe composta por comissão técnica, coordenação institucional, coordenação de área, coordenação adjunta, apoio técnico e pareceristas. Cada equipe disciplinar era responsável pelos pareceres de reprovação de obras, pelas resenhas críticas dos livros aprovados e pela elaboração do Guia do Livro Didático entregue ao professor para orientá-lo em sua escolha.

O MEC e sua equipe de funcionários ficavam responsáveis pela parte geral do edital e a comissão técnica e a de área pela parte específica do componente curricular no qual foram elencados os itens do que seria considerado válido como conhecimento sociológico para o ensino médio brasileiro. No edital do PNLD 2012, foram listados 18 critérios eliminatórios para o componente curricular Sociologia, entre os quais destacam-se:

Será observado se a obra:

- (1) permite acesso aos fundamentos das três disciplinas que compreendem as Ciências Sociais, quais sejam, Antropologia Cultural, Ciência Política e Sociologia;
- (2) favorece o domínio da linguagem especializada das Ciências Sociais, conferindo tratamento conceitual e teórico aos temas abordados. Categorias como cultura, estado, sociedade, etnocentrismo, poder, dominação, ideologia, instituições sociais, socialização, identidade social e classes sociais deverão ser apresentados;
- (3) tem rigor na apresentação dos conceitos fundamentais das Ciências Sociais;
- (9) [...] favorece, por meio da descrição de situações e elaboração de atividades, 'deslocamentos' temporais, espaciais e sociais capazes de possibilitar aos alunos a 'desnaturalização' e a crítica de valores, instituições e práticas que orientam a sua conduta; [...]

(13) apresenta diferentes visões teóricas do campo das Ciências Sociais não privilegiando uma perspectiva única e uma leitura dogmática acerca do mundo;

(14) explicita a pluralidade de teorias e abordagens metodológicas que constituem o campo de conhecimento das Ciências Sociais; [...]

(16) apresenta, entre os diferentes capítulos, coerência na abordagem didática de temas, teorias, conceitos e autores das Ciências Sociais. (Brasil. MEC, 2009, p. 31-32).

A citação explicita as principais concepções do que aquela comissão compreendeu como Sociologia no ensino médio, na qual ganha destaque a ideia de que a disciplina escolar deve compreender as Ciências Sociais entendidas como compostas pela Antropologia Cultural, a Ciência Política e a Sociologia. Têm ênfase o rigor conceitual e a pluralidade teórica e metodológica das Ciências Sociais, sem privilegiar uma perspectiva única. O edital exige coerência no tratamento de temas, teorias e conceitos, ideia que já havia sido sugerida e desenvolvida nas orientações curriculares para o ensino médio de Sociologia (Brasil. MEC, 2006). Também determina o tratamento teórico e conceitual de uma lista de categorias nominalmente citadas: cultura, estado, sociedade, etnocentrismo, poder, dominação, ideologia, instituições sociais, socialização, identidade social e classes sociais.

Após a elaboração do edital, a coordenação de área juntou-se à comissão técnica para preparar a ficha de avaliação, um documento a ser preenchido por todos os pareceristas e que, no caso da Sociologia no PNLD 2012, continha 74 itens organizados em sete subgrupos de critérios de exclusão: legislação; critérios teórico-conceituais; critérios didático-pedagógicos: conteúdo; critérios didático-pedagógicos: atividades e exercícios; avaliação das imagens (fotos, ilustrações, gráficos, tabelas e mapas); editoração e aspectos visuais; e manual do professor (Brasil. MEC, 2011). Esses sete subgrupos se mantiveram com a mesma nomenclatura nas fichas de avaliação divulgadas nos guias posteriores, sendo que, no do PNLD 2015, compreenderam 80 subitens de critérios de avaliação e 79 subitens, no de 2018, sem, contudo, apresentarem modificações substanciais no teor das questões.

Considerando o conjunto de livros publicados com a chancela do PNLD como a terceira geração de livros didáticos de Sociologia, aqui destacam-se as análises oriundas de duas pesquisas. A dissertação de Montez (2015) compara nove manuais da disciplina Educação Moral e Cívica (EMC), publicados entre 1969 e 1993, a seis livros didáticos de Sociologia, publicados entre 2008 e 2014, além de propostas curriculares de cada uma das disciplinas no período estudado. Utilizando a análise documental e os pressupostos da revolução documental historiográfica (Corsetti, 2006 apud Montez, 2015, p. 17), a autora empreendeu uma leitura comparativa e hermenêutica dos documentos selecionados.

Em suas conclusões, Montez (2015, p.109) aponta como elemento semelhante entre a Sociologia e a EMC “o pensamento pautado no diagnóstico social da necessidade de mudança”, diagnóstico esse que vem acompanhado de uma proposta de configuração social desejada, ponto no qual reside a diferença entre as duas disciplinas. Ambas visam, segundo a autora, transformar o estudante no agente da mudança social, buscando por meio de suas aulas instrumentalizar o conhecimento

como fator de transformação. Nesse sentido, o trabalho de Montez se aproxima daquele de Takagi (2007, p. 254), que também se refere a terem os livros didáticos como objetivo transformar os jovens alunos das escolas secundárias em agentes sociais da mudança, posição que desloca a tarefa da mudança das mãos dos sociólogos para incluir os jovens estudantes entre eles (Villas Bôas, 2006).

Nos livros de EMC, a sociedade almejada é moderna, centrada na conservação de valores cristãos e morais e na garantia da liberdade individual e da propriedade privada (Montez, 2015, p. 111). Nos de Sociologia, a sociedade almejada deve ser mais justa, solidária, democrática e feliz (Montez, 2015, p. 113). Em cada uma das disciplinas abordadas, Montez (2015, p. 110) conclui que há três tipos de projetos de socialização política: o cidadão com olhar “científico”, o cidadão crítico e o cidadão transformador. A Sociologia apresentada nas diretrizes curriculares e nos livros didáticos brasileiros, aprovados no PNLD 2015, é caracterizada como uma Sociologia crítica, cujo objetivo é “desvendar coisas que estão ocultas” e se contrapor ao senso comum identificado como falso e ingênuo.

A Sociologia crítica, segundo Montez (2015, p. 119-120), estaria relacionada às ideias de Pierre Bourdieu sobre o papel da Sociologia e dos sociólogos, bem como àquelas dos teóricos da indústria cultural. O estudo enfoca mais as semelhanças entre as duas disciplinas do que suas diferenças, não tratando, pois, com a mesma ênfase, as grandes diferenças existentes entre elas, como o fato de os manuais de EMC não serem propostas de recontextualização pedagógica de um campo de conhecimento, uma vez que se restringem a normatizações da moral e dos bons costumes (o que, a meu ver, é bem diferente de uma disciplina escolar que tem uma ciência de referência como base). Discordo da abordagem dualista da autora, que afirma haver nos livros didáticos de Sociologia e EMC a eleição de inimigos a serem combatidos: o comunismo nos livros de EMC e o neoliberalismo/capitalismo nos de Sociologia. Creio que o estudo não observa as nuances finas que existem nos manuais e entre eles, que dificilmente podem ser reduzidas a dois únicos modelos.

Em sua dissertação, Desterro (2016) buscou compreender e explicar o processo de transformação dos conhecimentos das Ciências Sociais em conhecimento escolar, utilizando o referencial teórico de Bernstein. Para tanto, Desterro fez uma leitura minuciosa dos livros de Sociologia aprovados pelo PNLD 2015, visando interpretar como cada um dos seis livros se apropria e recontextualiza as Ciências Sociais em um texto didático para a educação básica. A dissertação é rica em exemplos e explicita os dados da pesquisa empreendida sobre material empírico. Ao cotejar as diferentes edições das obras, observou a influência dos documentos curriculares nas opções dos autores e editores de livros de Sociologia, citando, mediante exemplos, os pontos em que os dois editais do PNLD e seus respectivos guias de livros didáticos editados pelo MEC se configuram como *poderosos indutores curriculares*, conforme conceito de Goodson (2013).

A leitura dos documentos curriculares referentes à Sociologia escolar conduziu o autor à formulação de duas premissas: a de que a Sociologia escolar deve incluir o ensino da Antropologia e da Ciência Política; e a de que deve contemplar a pluralidade teórica das Ciências Sociais. Tais asserções oriundas do CRO, em

consonância com a formulação de Bernstein, impactam a elaboração dos livros didáticos e levaram Desterro a formular suas questões de pesquisa. Em sua análise, ele priorizou a investigação acerca dos sentidos teóricos, políticos, ideológicos e pedagógicos atribuídos à Sociologia escolar; observou e descreveu como era feita a integração com a Antropologia e a Ciência Política e como eram tratados os conflitos teóricos e a questão da objetividade das Ciências Sociais. Ele dedicou um extenso capítulo ao tratamento dado à categoria *imaginação sociológica* como um dos objetivos básicos da Sociologia escolar presente em praticamente todos os seis livros analisados. Desterro parte da obra homônima de Wright Mills, publicada em 1959, percorrendo as páginas do manual do professor e do livro do aluno de cada edição didática de Sociologia, indicando onde há menção ao desenvolvimento da imaginação sociológica como objetivo a ser perseguido na aula dessa disciplina.

Outro conceito bernsteiniano apropriado por Desterro consiste em identificar o tipo de classificação existente entre a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política nas obras didáticas. Desterro (2016, p. 253) identifica que, na grande maioria dos livros,¹¹ as fronteiras disciplinares entre a Antropologia e a Ciência Política são mais rígidas, por isso a classificação entre elas é forte; porém, a classificação entre a Sociologia e a Antropologia e a Ciência Política é fraca, pois o “discurso central dos manuais é o sociológico”.

A terceira geração de livros didáticos de Sociologia se distingue das demais por seus aspectos físicos e de conteúdo. A política do governo de apoio à produção dos livros didáticos levou a um maior investimento das editoras, que passaram a fazer livros mais bem diagramados, com maior número de imagens e outros recursos visuais coloridos; as seções dedicadas a exercícios passaram a ser mais elaboradas e houve incremento de seções extras em cada capítulo, como sugestões de filmes, *sites* e propostas de trabalhos em sala de aula e fora dela.

Considerações finais

Esta pesquisa é uma análise comparativa de diferentes períodos históricos e foram utilizadas fontes documentais secundárias: dissertações que analisaram livros didáticos de Sociologia brasileiros. A perspectiva comparada foi escolhida por ser percebida como um recurso metodológico capaz de ressaltar diferenças e semelhanças, na forma e no conteúdo dos livros didáticos, que contribuíram para a identificação das concepções de ciência e conhecimento escolar em cada período.

O conceito de gerações utilizado aqui leva em consideração que uma geração compreende o compartilhamento de características comuns a um mesmo conjunto de livros e uma ruptura em relação às gerações anteriores.

A primeira geração representou os esforços iniciais de sistematização e rotinização da Sociologia não só no ensino secundário, mas como ciência que começava a se estabelecer no Brasil. A segunda geração possui marcas de

¹¹ Com exceção do livro *Sociologia hoje*, da Editora Ática, que possui uma classificação forte entre as três disciplinas de referência (Desterro, 2016, p. 252).

heterogeneidade, tendo em comum um esforço ainda tímido de didatização, refletindo os efeitos da posição intermitente da Sociologia nos currículos escolares e seguindo o formato de manuais de cursos de introdução à Sociologia para o ensino superior. Os livros de terceira geração buscam articular temas, teorias e conceitos das Ciências Sociais, visando apresentar as principais referências das disciplinas Sociologia, Antropologia e Ciência Política – na maioria das vezes, com um evidente predomínio da primeira –, e indicam como objetivo o desenvolvimento da imaginação sociológica.

Meu objetivo consistiu em evidenciar de que modo os temas mudam ou permanecem, ao longo do tempo, nos livros didáticos de Sociologia. Dessa forma, identifiquei, com base nas fontes de pesquisa, o que se ensina sobre a vida social nas escolas e quem define o que deve ser ensinado acerca da sociedade.

No início de 2020, o MEC publicou um edital do PNLD do ensino médio estipulando a compra de obras divididas no que foi chamado de cinco objetos: 1) Obras didáticas de projetos integradores e de projeto de vida; 2) Obras didáticas por áreas do conhecimento e obras didáticas específicas; 3) Obras de formação continuada destinadas aos professores e à equipe gestora das escolas públicas de ensino médio; 4) Recursos digitais; e 5) Obras literárias.¹² Portanto, os livros de Sociologia, tal qual eram conhecidos até a terceira geração, não mais existirão. Ao optar por livros organizados não mais por disciplina do conhecimento, o governo está induzindo a implementação da reforma do ensino médio e da BNCC, ambos projetos que vêm sendo amplamente debatidos e combatidos pelos setores acadêmicos e profissionais, desde 2015. Qual será a parte dedicada à Sociologia nos livros didáticos de “ciências humanas e sociais aplicadas”? Essa mudança no material escolar exigirá um novo esforço analítico para se pesquisar a implantação de um currículo integrado (classificação fraca entre as disciplinas) em um contexto autoritário no qual as decisões vêm de cima para baixo. Será que o PNLD 2021 inaugurará a quarta geração de livros didáticos de Sociologia? Ou esse edital está selando o fim dessa obra didática? Essas investigações merecem e precisam ser desenvolvidas pelos pesquisadores da área de ensino de Sociologia.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, G. C. de. *Sociologia no ensino médio: uma trajetória político-institucional (1982-2008)*. 2014. 222 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BERNSTEIN, B. *A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle*. Petrópolis: Vozes, 1996.

BERNSTEIN, B. On the classification and framing of educational knowledge. In: YOUNG, M. (Ed.). *Knowledge and control*. London: Collier-Macmillan Publishers, 1971.

¹² Em março de 2021, quando este texto foi concluído, começaram a circular as obras do objeto 1.

BRASIL. Decreto nº 18.564, de 15 de janeiro de 1929. Altera a seriação do curso do ensino secundário no Collegio Pedro II. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1929. Seção 1, p. 1301.

BRASIL. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Republicação disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-republicacao-141247-pe.html>. Acesso em: 23 ago. 2021. (Decreto conhecido como Lei Francisco Campos).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL, Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, [...] para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 jun. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Ciências humanas e suas tecnologias: Filosofia, Geografia, História, Sociologia*. Brasília, DF: MEC, 2006. p. 101-133. (Orientações Curriculares para o Ensino Médio; volume 3).

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático: PNL D 2012*. Brasília, DF: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Guia de livros didáticos: PNL D 2012: Sociologia*. Brasília, DF: MEC, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: área ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília, DF: MEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *PNLD*. Brasília, DF, [c2021]. Disponível em: portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld, <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 11 ago. 2021.

CASSIANO, C. C. de F. *O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2013.

COAN, M. *A Sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho*. 2006. 356 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

COSTA PINTO, L. de A. Ensino de Sociologia nas escolas normais. *Sociologia: Revista Didática e Científica*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 290-308, set. [1947] 1949.

DESTERRO, F. B. do. *Sobre livros didáticos de sociologia para o ensino médio*. 2016. 270 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ENGERROFF, A. M. B. *Mapeando a produção sobre o livro didático de sociologia: um estado da arte no campo acadêmico brasileiro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia e Ciência Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GOODSON, I. F. *Currículo: teoria e história*. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GUELFY, W. *A sociologia como disciplina escolar no ensino secundário brasileiro: 1925-1942*. 2001. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

MAÇAIRA, J. P. *O ensino de sociologia e ciências sociais no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos*. 2017. 342 f. Tese (Doutorado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MAÇAIRA, J. P. O ensino de Sociologia e o livro didático. In: BRUNETTA, A.; BODART, C.; CIGALES, M. (Org.). *Dicionário de ensino de Sociologia*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.

110

MACHADO, O. *O ensino de ciências sociais na escola média*. 1996. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MEUCCI, S. *A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. 2000. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MONTEZ, G. *Formando o cidadão e construindo o Brasil: a socialização política nos manuais de Educação Moral e Cívica e de Sociologia*. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MOTTA, A. B.; WELLER, W. Apresentação: a atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 25, n. 2, maio/ago. 2010. p. 175-184.

SARANDY, F. *A sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil*. 2004. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SOARES, J. da C. A concepção de currículo de sociologia em Delgado de Carvalho. In: HANDFAS; MAÇAIRA (Org.). *Dilemas e perspectivas da sociologia na educação básica*. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2012. p. 161-178.

SOARES, J. da C. A identidade profissional dos primeiros professores de sociologia do Colégio Pedro II. In: HANDFAS, A.; MAÇAIRA, J. P.; FRAGA, A. B. (Org.) *Conhecimento escolar e ensino de sociologia: instituições, práticas e percepções*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2015. p. 115-129.

SOARES, J. da C. Delgado de Carvalho e o ensino de sociologia no Colégio Pedro II. In: HANDFAS, A.; MAÇAIRA, J. P.; OLIVEIRA, A. B. (Org.) *A sociologia vai à escola: história, ensino e docência*. Rio de Janeiro: Editora Quartet, 2009a. p. 31-47.

SOARES, J. da C. *O ensino de sociologia no Colégio Pedro II (1925-1941)*. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009b.

TAKAGI, C. *Ensinar Sociologia: análise de recursos do ensino na escola média*. São Paulo, 2007. 277 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação na área de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2007.

VILLAS BÔAS, G. *A vocação das ciências sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional, 1945-1966*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

VILLAS BÔAS, G. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, maio/ago. 2010. p. 205-224.

111

Julia Polessa Maçaira, doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professora adjunta da Faculdade de Educação dessa universidade e coordenadora do Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (LabES-UFRJ). Atua na formação de professores de Sociologia e tem especial interesse nos processos de mediação didática e de recontextualização pedagógica dos conhecimentos das Ciências Sociais.

juliamacaira@gmail.com

Recebido em 11 de maio de 2021

Aprovado em 19 de julho de 2021